



End Climate Change
Start Climate
Of Change

CS0-LA/2019/410-153

www.climateofchange.info

Posição política da campanha #ClimateOfChange para a COP27

Estamos a enfrentar uma das décadas mais turbulentas dos tempos modernos. Diariamente recebemos sinais que nos dizem que a situação climática, económica e social atual é uma ameaça a longo prazo para a humanidade e para o ambiente. Para assegurar um futuro para todos, o momento de exigir uma mudança sistémica e justiça climática é agora.

As crises climáticas são crises sociais. A nível humano, as pessoas mais vulneráveis e os países mais marginalizados são desproporcionadamente atingidos pelos terríveis efeitos das alterações climáticas, na sua subsistência, no seu trabalho, na sua saúde, e no acesso aos seus direitos.

As crises climáticas atuam como um multiplicador das desigualdades e discriminação existentes e reforçam as relações de poder desequilibradas em todo o mundo. Consequentemente, alguns grupos são mais afetados pelo impacto das crises climáticas, tais como crianças, raparigas e mulheres.

Neste cenário, o Sul Global é ainda mais afetado. As alterações climáticas são o “aqui e o agora” para mais de 20 milhões de pessoas forçadas a abandonar as suas casas todos os anos e a deslocarem-se internamente ou a emigrarem para os países vizinhos. As comunidades e populações do Sul Global já estão a suportar o fardo dos piores impactos das alterações climáticas (secas, inundações, crise alimentar, falta de água, catástrofes climáticas, etc.), apesar de terem sido as que menos contribuíram para as emissões de gases com efeito de estufa e as alterações climáticas. Isto é uma falha da comunidade global - e em particular uma falha dos países ricos que causaram a crise climática - em aceitar a sua responsabilidade e apoiar os países que sofrem as consequências da contínua inação dos grandes poluidores, com especial atenção às comunidades indígenas. O nosso sistema económico atual, fortemente baseado em combustíveis fósseis e modos de produção extractivistas, está na origem deste colapso ambiental e no centro de conflitos presentes e futuros. Não podemos separar estes tópicos - eles estão interligados e devem ser abordados em conjunto. A nível ambiental, as crises climáticas ameaçam os ecossistemas, e afetam a vida selvagem e a biodiversidade com consequências sem precedentes.

Na COP27 iremos exigir à Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, as seguintes ações:



1. Assegurar que o aquecimento global permaneça abaixo de 1,5°C.

Para assegurar que o aquecimento global se mantém abaixo de 1,5°C e evitar assim um cenário de catástrofe, a UE deve acelerar as suas ambições de neutralidade climática até 2040, uma década antes da atual meta de 2050.

Os Estados-Membros da UE precisam de aumentar as ambições em relação às suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) e tentar reduzir as suas emissões em 65% até 2030.

A UE precisa de descarbonizar a sua economia, acelerando a transição para tecnologias de energia limpa e renovável para substituir os combustíveis fósseis e melhorar a eficiência energética nos sectores cruciais da energia, aquecimento e transportes, bem como permitindo a redução global do consumo de energia.

É sobretudo prioritário que a UE, que se comprometeu a atualizar as suas NDC, se apresente na COP27, de forma credível com uma posição adequada, e que defenda medidas concretas para manter o aquecimento abaixo de 1,5°C. Assim, é fundamental adotar ações governamentais mais fortes, e reverter as políticas atuais que encaminham o mundo para um aquecimento de 2,7°C, tal como relatado pelo Climate Action Tracker. Apesar disto dever ser um esforço global comum, a UE e os outros países membros do G20 têm de ser percussores devido à sua contribuição histórica e relevante para o aquecimento real e as suas consequências negativas.

2. Sem marcha-atrás: precisamos de passos diretos e rápidos rumo às energias renováveis.

A atual crise energética deve acelerar a utilização de energias renováveis. Não deve ser dado qualquer passo atrás, utilizando carvão ou incentivando combustíveis fósseis - incluindo gás - ou introduzindo práticas insustentáveis tais como *fracking*, hidrogénio azul ou energia nuclear. A União Europeia deve acelerar o processo de descarbonização e incentivar a utilização de energias limpas, sustentáveis e renováveis.

3. Assegurar uma transição justa através de uma partilha justa dos encargos e das proteções sociais.

A escalada dos preços da energia e a elevada inflação impulsionada pelos combustíveis fósseis empurrou milhões de pessoas para a pobreza energética. Para milhões de pessoas tornou-se extremamente difícil pagar as suas despesas de energia. Embora a aceleração da transição energética seja a resposta certa para enfrentar este cenário volátil, é crucial canalizar os investimentos para as famílias de baixos rendimentos. O elevado custo inicial da adaptação das casas e da instalação de soluções de aquecimento renováveis significa que estas não são acessíveis a todos, em particular às famílias de baixos rendimentos. Para financiar medidas de energia limpa e ao mesmo tempo reduzir as desigualdades, é essencial confiar em esquemas de tributação justos e em investimentos públicos robustos.

4. Mudança para uma economia de bem-estar social e ecologicamente justa.

A mudança para uma economia de bem-estar social e ecologicamente justa irá colocar os interesses da sociedade e da natureza acima dos das corporações, das economias e países mais poderosos e irá basear-se em indicadores para além do PIB. Devemos abandonar o atual modelo económico que privilegia o crescimento constante da economia e da produtividade

assente em modelos insustentáveis de desenvolvimento. Globalmente precisamos de um modelo económico regenerativo, sustentável, democrático, justo e solidário. A adoção de um novo paradigma deve também assegurar a proteção dos ecossistemas, da vida selvagem, e da biodiversidade. Neste sentido, deve ser aprovada uma ambiciosa Diretiva sobre Diligência Devida, que obrigue as empresas a cumprir o objetivo de Paris de manter o aquecimento dentro de 1,5°C. Além disso, este objetivo deve ser introduzido e controlado de forma eficaz, transparente e com ações preventivas e compensatórias proporcionais em todos os acordos comerciais que a UE tem com países terceiros. Uma avaliação eficaz dos impactos negativos das políticas comerciais sobre o ambiente deve incluir a voz das comunidades locais e das minorias e ser responsável perante as mesmas.

5. Proteger os migrantes induzidos pelas alterações climáticas através de uma política de migração baseada nos direitos humanos.

Aumentar a resiliência local e a justiça global, fornecendo apoio financeiro e técnico para a adaptação aos países mais afetados pelas alterações climáticas e desenvolvendo um esquema internacional de proteção da migração induzida pelas alterações climáticas. Políticas de migração e adaptação justas e baseadas nos direitos humanos aumentariam a resiliência das pessoas mais vulneráveis. Também aumentará o bem-estar nas comunidades de origem, trânsito e destino.

6. Permitir a participação dos jovens na tomada de decisões políticas.

A participação da sociedade civil do norte e do sul, especialmente dos jovens e outros grupos excluídos, deve ser garantida para desenvolver mecanismos de ação climática que não deixem ninguém de fora. Os jovens são atores de desenvolvimento importantes, mas sub-representados, com um interesse no presente e ainda mais no futuro. A representação dos jovens na tomada de decisões é especialmente crítica para alcançar a justiça transgeracional. Os decisores políticos devem permitir a participação dos jovens e integrar os seus pontos de vista e visão na tomada de decisões políticas, criando Conselhos de Juventude na UE e nos Estados-Membros. Estes Conselhos de Juventude devem ganhar o estatuto de parceiros sociais na UE e nos seus Estados-membros e devem estabelecer ligações com o Grupo Consultivo da Juventude das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Devem ser estabelecidos espaços eficazes e estruturados para a monitorização e vigilância por parte dos jovens.

7. Acordar sobre Financiamento Climático e um mecanismo de Perdas e Danos.

Existe uma enorme dívida dos países mais ricos e industrializados para com os países mais pobres do Sul global relacionada com as emissões de gases com efeito de estufa. Esta dívida deve ser reconhecida, quantificada e devem existir diferentes mecanismos para a pagar. Existem vários acordos sobre a iniciativa climática que infelizmente não estão a ser cumpridos, enquanto que os mecanismos de financiamento existentes não são suficientes para enfrentar perdas e danos que vão para além do âmbito da mitigação e adaptação. Os governos e os países ricos devem cumprir os seus compromissos de mobilizar anualmente 100 mil milhões de dólares para as comunidades e países mais afetados pelas alterações climáticas. Esses fundos devem ser igualmente distribuídos entre mitigação e adaptação e

esses fundos não devem contribuir para a redução da dívida dos países do Sul global. A UE comprometeu-se a afetar pelo menos 0,7% do Rendimento Nacional Bruto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento até 2030, mas a UE tem de financiar adicionalmente as ações de adaptação e mitigação das alterações climáticas nos países de baixo e médio rendimento. Os Governos e a UE devem apoiar e concordar em criar um mecanismo de financiamento para enfrentar perdas e danos na COP27, como um mecanismo através do qual fundos novos e adicionais de países ricos, empresas poluidoras e instrumentos financeiros inovadores podem ser canalizados para ajudar as comunidades necessitadas.

8. Assegurar que os melhores interesses das crianças e dos jovens e os seus direitos sejam protegidos

A emergência climática é uma das maiores ameaças a nível global para as crianças e adolescentes. Espera-se que as crianças nascidas hoje sejam as que enfrentarão as piores consequências da crise climática (enfrentarão mais secas, inundações, perda de colheitas, ondas de calor, etc.). Existe uma dívida intergeracional ligada às alterações climáticas. Os direitos das crianças e dos jovens devem ser incluídos em todas as declarações, acordos e quadros internacionais relacionados com o clima. Além disso, devem ser explicitamente incluídos em todos os planos nacionais sobre o clima, incluindo as Contribuições Nacionalmente Determinadas e os Planos de Adaptação Nacional, tal como declarado na Declaração sobre Crianças, Juventude e Acção Climática. A União Europeia deve desempenhar um papel de liderança neste processo.

9. Defender os direitos das mulheres e raparigas e a sua participação nos processos de tomada de decisões climáticas

As mulheres são mais afetadas pelas alterações climáticas, são mais dependentes dos recursos naturais (60-80% dos alimentos são produzidos por mulheres), são responsáveis pelo fornecimento de alimentos, água ou madeira às suas famílias, são responsáveis pelo trabalho de cuidados, enfrentam um risco maior de morrer num desastre climático ou de enfrentar violência e exploração. Têm mais dificuldades de acesso a créditos, recursos e apoio para cobrir as perdas ligadas à mudança de clientela. Precisamos de assegurar a participação de mulheres e raparigas nos processos de tomada de decisões climáticas a nível local, nacional e internacional e que a ação climática incorpora uma abordagem de género e interseccional. A União Europeia deve liderar este objetivo com uma ação mais forte, especialmente apoiando os países terceiros onde o fosso entre os sexos no que diz respeito ao clima é mais profundo.

**Esta [posição política](#) reflete as recomendações do consórcio #ClimateofChange sobre as discussões em debate na COP27 relativas à justiça climática. O documento de posicionamento foi preparado pela EEB, WeWorld, ActionAid Hellas, Alianza por la Solidaridad - ActionAid Espanha, Südwind, finep, IMVF, SLOGA e BEPF no âmbito do consórcio Clima da Mudança.*

Juntos na promoção de um mundo mais justo, digno, inclusivo e sustentável!